

Estado da publicação: O preprint foi publicado em outro meio.

DOI do preprint publicado: <https://doi.org/10.1590/1808-5245.32.148837>

# NEOLIBERALISMO E VIGILÂNCIA: A BUSCA DE CAMINHOS POR UMA EDUCAÇÃO INFOCOMUNICACIONAL NA CONTRAMÃO DO APOCALIPSE

Francisco José Daher Junior

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11694>

Submetido em: 2025-04-10

Postado em: 2025-04-17 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

# NEOLIBERALISMO E VIGILÂNCIA: A BUSCA DE CAMINHOS POR UMA EDUCAÇÃO INFOCOMUNICACIONAL NA CONTRAMÃO DO APOCALIPSE

## NEOLIBERALISM AND SURVEILLANCE: THE SEARCH FOR PATHS TOWARDS A INFOCOMMUNICATIONAL EDUCATION AGAINST THE APOCALYPSE

Francisco José Daher Junior<sup>1</sup>

ORCID <https://orcid.org/0000-0002-9214-4970>

### RESUMO

Investigando se a racionalidade comunicativa em Adorno (1971) se intensificaria no neoliberalismo, marcado pelo imperativo de crescimento dos sistemas de plataformização, o artigo propõe contrapontos a essa conjectura, sustentando-se na análise teórico-crítica e no diálogo entre pensadores como o próprio Adorno (1971), Habermas (1992), Merleau-Ponty (1981) e Zuboff (2021), entre outros. O estudo explora conceitos como verdade e realidade no contexto do capitalismo de vigilância, articulando especialmente algumas bases da Teoria da Ação Comunicativa com análises de casos empíricos, como os ciclos de expropriação promovidos pelas *big techs*, e os modelos de competências propostos por Borges (2018). Como conclusão, as Competências InfoCom, com algumas condicionantes, em oposição à racionalidade instrumental, emergem como possibilidades para decifrar as armadilhas das plataformas e, a partir de seu próprio funcionamento, buscar emancipações nos campos digital e face a face. Para isso, defende-se a integração entre a crítica sociotécnica e a educação reflexiva, bases essenciais para ações pedagógicas nas escolas e construção de políticas públicas que mitiguem as assimetrias geradas pela hiperinformação. O artigo demonstra que a tecnologia, quando reapropriada criticamente, apresenta potencial para promover equidade, ainda que em meio aos riscos de um neototalitarismo emergente.

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Ouro Preto

**PALAVRAS-CHAVE:** racionalidade comunicativa, neoliberalismo, capitalismo de vigilância, Competências InfoCom, crítica sociotécnica.

## **ABSTRACT**

Investigating whether communicative rationality in Adorno (1971) would intensify under neoliberalism, characterized by the imperative for growth of platformization systems, this article proposes counterpoints to this conjecture, relying on theoretical-critical analysis and dialogue among thinkers such as Adorno (1971), Habermas (1992), Merleau-Ponty (1981), and Zuboff (2021), among others. The study explores concepts such as truth and reality in the context of surveillance capitalism, particularly articulating some foundations of the Theory of Communicative Action with analyses of empirical cases, such as the cycles of expropriation promoted by big techs, and the competency models proposed by Borges (2018). In conclusion, InfoCom Competencies, with certain conditions, in opposition to instrumental rationality, emerge as possibilities to decipher the traps of platforms and seek emancipations in both digital and face-to-face contexts based on their own functioning. It advocates for the integration of sociotechnical critique and reflective education as essential foundations for pedagogical actions in schools and the development of public policies that mitigate the asymmetries generated by hyperinformation. The article demonstrates that technology, when critically reappropriated, holds potential to promote equity, even amid the risks of an emerging neototalitarianism.

**KEYWORDS:** communicative rationality, neoliberalism, surveillance capitalism, InfoCom Competencies, sociotechnical critique.

## **INTRODUÇÃO**

A cada instante somos tragados por avalanches infocomunicacionais que nos remetem a sensações de final dos tempos. Soma-se a isso, os

contextos de declínio ambiental e da democracia, assim como o de ameaças de guerras nucleares, corroboradas por sistemas dominantes sustentados na plataformização, que nos tem levado, numa primeira instância, a aceitar estarmos vivendo uma nova racionalidade comunicativa, outrora preconizada por Adorno (1971), mas, agora, que tem na segmentação a novidade para colocar de pé uma sociedade funcional, normalizada a partir de pressupostos neoliberais.

Tais pressupostos têm conseguido disfarçar as contradições desse contexto: uma aparente rejeição ao Estado, ao mesmo tempo em que se depende dele para se manter, e, dentre outras circunstâncias, a promessa de *liberdade plena*, contanto que seja sob o domínio das grandes empresas de tecnologia — um cenário de *vale tudo*, onde se aceitam clientes independentemente de o seu negócio estar ou não dentro de normas e leis constituídas. Além disso, perpetua-se a visão de um empreendedorismo *darwinista* que, mesmo diante da crise climática, da crescente concentração de renda, da fome e da violência, continua a reforçar a ideia liberal de crescimento ilimitado de outrora, ignorando a condição de que não há espaço para todos, revelando, em suma, uma série de outras incoerências.

Assim, colocamos que o artigo em curso tem como objetivo principal aprofundar sobre essa temática, explorando contrapontos à racionalidade comunicativa, a partir de uma busca dialógica entre distintas fundamentações teórico-filosóficas, somando-se a uma análise qualitativa de casos empíricos, como os ciclos de expropriação promovidos pelas *big techs*, e alguns modelos de competências propostos por Borges (2018), constituindo-se aqui a metodologia central do trabalho. Como resultado, entendemos que a mesma dissonância de Habermas (1992) à teoria de Adorno (1971) se apresenta como substantiva à racionalidade imposta pela vigilância das plataformas, ao ver na ação comunicativa elementos críticos a esse processo.

Isso nos remete a concluir que um aprofundamento das Competências Infocomunicacionais, doravante denominadas de Competências InfoCom, se abarcados seus aspectos críticos, sociotécnicos e cognitivos, podem, por dentro das próprias plataformas, trazer subsídios para não apenas a compreensão da informação e da comunicação, mas, sobretudo, elementos

constituintes de um processo educativo-reflexivo voltados à construção de uma necessária cidadania sustentada na *práxis* social, estabelecida na efetividade, afetividade e na ação, cujos atores se moldam não como receptores das decisões de outros, mas como participantes ativos na produção e circulação da informação, assim como do conhecimento propriamente dito.

## 1. DILEMAS SECULARES E OS NOVOS APOCALIPSES

Iniciamos com o pressuposto de que as várias versões sobre o *fim do mundo*, a partir da primeira Revolução Industrial (1760-1840), não passaram de reinvenções do capitalismo, diante das crises engendradas pelo próprio sistema. A reboque dos diversos apocalipses experimentados nos últimos 260 anos – e aqui vale resgatar o sentido bíblico do *apocalipse* enquanto *revelação* –, temos na contemporaneidade os destaques da guerra da Ucrânia, a guerra de Gaza, os esquecidos conflitos no território africano, o crescimento em escala mundial da extrema-direita e o aumento das tensões entre a China e os Estados Unidos, dentre outras disputas, que estão tirando dos armários velhos fantasmas guardados ao final da Guerra Fria – simbolicamente assinalada com a queda do muro de Berlim –, que voltam a atormentar nossos imaginários.

A ordem hegemônica do Norte, que nasceu e se constituiu a partir da Segunda Guerra Mundial, marcando o fim de um poder europeu que prevalecia até a primeira Revolução Industrial, mostrou-se como uma tendência de longa duração. Isso, face à própria reincorporação da cultura eurocêntrica em seu bojo, fomentando, em certa medida, uma retomada de poder entre os países aliados dos Estados Unidos no âmbito da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), criada em 1949, em última instância, para deter o avanço dos países classificados como *comunistas*. Faz-se necessário, todavia, questionar se essa ordem se mantém ou ruirá diante dos novos apocalipses, que a todo momento descortinam a sucessão de crises do próprio capitalismo, haja vista, por exemplo, os conflitos oriundos da política comercial norte-americana, a partir da reação da própria Comunidade Econômica Europeia (CEE), que

umenta substantivamente investimentos em armas, especialmente as nucleares.

São poderes que estão sendo subvertidos no âmbito do sistema, uma vez que as articulações políticas, econômicas e ambientais, numa perspectiva neoliberal, vão paulatinamente *naturalizando* o crescimento exacerbado das desigualdades sociais e os atos discriminatórios. Nesse cenário, percebemos que os avanços sociais oriundos de movimentos contra-hegemônicos, de forma a ilustrar, que outrora garantiram a reinvenção desse processo, colocando a social-democracia como uma espécie de terceira via para romper os discursos ideológicos entre capitalistas e socialistas, hoje são apresentados como os responsáveis por um suposto retrocesso da humanidade, dando vasão a uma agenda conservadora que a coloca à esquerda, fazendo emergir uma nova polarização que abre espaço para o que podemos chamar de capitalismo autocrático ou monopolista.

Tal agenda, no entanto, não pode ser considerada uma novidade histórica. Em críticas ao próprio capitalismo, se observamos, por exemplo, o resgate que Rusconi (2007) fez à publicação organizada por Vierkandt (1931)<sup>2</sup>, reunindo o pensamento de vários cientistas sociais da época, na Alemanha, acerca da vida no capitalismo, percebemos que o referido documento resultou, segundo Rusconi (2007, p. 146), em manifestações negativas de diversas ordens, simbolizando “[...] uma soma de contravalores em oposição a um idealizado mundo pré-capitalista”. Para Rusconi (2007, p. 146), no entanto, “Uma diagnose crítica desse tipo pode estar a serviço indiferentemente quer de posições político-programáticas progressistas quer de posições niilistas, irracionais e reacionárias, também de cunho fascista”.

Destarte, sem alimentar a ilusão de que o período pré-capitalista poderia ter representado uma perspectiva mais suave nas relações sociais da humanidade – a fome de outrora, o despotismo conservador, a ausência de direitos no espectro mais amplo da sociedade, mitigados parcialmente e especialmente hoje com a democracia – leva-nos a observar que a alusão ao

---

<sup>2</sup> VIERKANDT, Alfred. Handwörterbuch der soziologie. Unveränd. Neudr. d. Ausg. Stuttgart 1931

referido sistema, assim como suas próprias crises, poderia estar caminhando em direção ao neototalitarismo. Isso ocorre, sobretudo, se considerarmos o avanço do neoliberalismo e suas permissões pouco éticas para se alcançar estágios ilícitos de acumulação, se é que existe licitude para se justificar o ganho excessivo de poucos em detrimento à escassez de bens materiais e culturais de uma maioria.

Podemos estar vivendo, assim, nesse momento singular de recente idade do Século XXI, uma espécie de interregno, revelador de uma disputa entre os últimos suspiros do capitalismo liberal, que advoga para si o direito a uma suposta democracia, e o neoliberal, que reivindica a naturalidade de uma agenda da desigualdade exacerbada, ancorada em discurso conservador da meritocracia e do empreendedorismo como suportes para a continuidade da ideologia do desenvolvimento sem fim, inventada no liberalismo de outrora. Temos nesse cenário, portanto, uma outra fundamentação que sustente a hipótese para a chegada de um neototalitarismo, que volta a assombrar nossos sonhos de equidade.

Tal pressuposto para ilustrar a referida disputa pode ser percebido, por exemplo, na análise comparativa que Daher Junior (2022) fez entre o princípio kantiano sobre a apropriação do trabalho alheio com neoliberalismo, mostrando que o segundo subverte o primeiro, mesmo estando na origem liberal os fundamentos que ampararam o próprio sistema capitalista. No caso em discussão, é feita uma comparação entre a defesa de Kant (1991) no que tange ao direito sobre a apropriação do excedente do trabalho alheio e a reivindicação do capitalismo de vigilância, que estabelece para si um processo de liberdade sem limites para se expandir, conforme crítica fundamentada por Zuboff (2021).

Kant (1991) dissera que o excedente do trabalho de qualquer pessoa não poderia ser apropriado por ninguém, devendo este, por sua vez, servir apenas para fins comunitários. O capitalismo de outrora não levou para seus fundamentos esse princípio liberal, mas impôs uma mais valia circunscrita nas relações de trabalho. Sem qualquer regulação, na contemporaneidade, o capitalismo de vigilância, ao advogar para si “[...] a liberdade de ordenar o conhecimento”, cria uma nova mais-valia, por exemplo, com a apropriação de

dados pessoais, à revelia das vontades individuais, definido por Zuboff (2021, p. 776) como “superávit comportamental”. Essa comparação, grosso modo, serve para ilustrar a disputa que se estabelece hoje entre o capitalismo liberal e o neoliberal, lembrando, porém, que o próprio pensamento liberal, mesmo estando na base do capitalismo industrial, precisa ser visto de forma mais alargada.

Sob a perspectiva de ampliação de nossa visão sobre o tema, apesar de não estar aqui o foco dessa reflexão em curso, pois, reiterando, olhamos o liberalismo como basilar ao capitalismo, temos que advertir sobre a sua não equivalência ao neoliberalismo. Isso porque, nos apoiando em Hacke (2023, p. 13-14), estaríamos abrindo mão “[...] de uma tradição liberal que moldou nossas ideias centrais de liberdade, igualdade, Estado de Direito e Justiça Social”.

Feita a advertência, nos propomos continuar nossa reflexão trazendo para o seu bojo os processos de desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação, situando-as no âmbito da vigilância, mas buscando caminhos que possam ultrapassar a sua racionalidade, como veremos a seguir.

### 1.1 Vigilância e racionalidade comunicativa

Se observamos o desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação – assim como o avanço da Inteligência e das redes neurais, artificiais – numa perspectiva mais apocalíptica, a partir da racionalidade comunicativa preconizada por Adorno (1971), poderíamos dizer que estamos na direção do neototalitarismo, considerando, inclusive, conforme Morin (2011, p. 123), que os rumos do aperfeiçoamento de tais aparatos teriam a possibilidade de estarem intrínsecos à constituição “[...] de poderes dos controles dos indivíduos pelas administrações e pelo Estado”. Isso se daria em sentido contrário a uma tecnologia de desenvolvimento de redes neurais artificiais, por exemplo, ainda segundo Morin (2011, p. 123), que incrementassem os “[...] poderes individuais do conhecimento”, com

possibilidade de ajudar a ampliar o pensamento complexo, propiciador de um melhor diálogo entre as pessoas.

Impasses seculares permanecem no âmbito dessas discussões, estando a comunicação e a informação, e os seus aparatos tecnológicos – que não devem ser vistos como epifenômenos – no centro das crises que emergem desses conflitos. A racionalidade comunicativa de Adorno (1971), que anunciava uma *sociedade administrada*, produtora do que ele denominou de *Indústria Cultural*, estaria, dessa feita, ainda mais exacerbada na perspectiva contemporânea do capitalismo de vigilância?

Ao trazermos o pensamento de Adorno (1971) acerca da Indústria Cultural para os dias de hoje, faz-se necessário lembrar que esse conceito surge no Instituto Escola de Frankfurt quando de seu funcionamento temporário nos Estados Unidos, devido a fuga de seus membros do nazismo, em 1935. A realidade daquele período levou o teórico à interpretação de que as empresas cinematográficas de Hollywood, valendo-se dos meios de comunicação disponíveis, transformavam a cultura em bem industrial, por meio de técnicas de manipulação e controle, provocando uma espécie de acomodação social, na qual as pessoas se alienavam a ponto de não perceberem seus interesses e até direitos fundamentais.

A percepção de Adorno (1971) acerca do sistema monopolista dos meios de comunicação de sua época, numa primeira instância, não podemos negar, corrobora a tese de que houve, de lá para cá, um fortalecimento da sociedade administrada preconizada por ele. Isso, se considerarmos as grandes corporações que trabalham com comunicação e informação, a exemplo da Google, Microsoft, Meta Platforms, Amazon e X, dentre outras, assim como a previsão de investimentos globais da ordem de US\$ 1,3 trilhão até 2032 em IA generativa<sup>3</sup>, com a inserção, de acordo com dados da Blomberg Brasil (2023), de empresas de *hardware* asiáticas nesse campo.

Para tentar melhor elucidar a questão sobre um possível potencial fortalecimento dessa sociedade administrada, consideramos também as

---

<sup>3</sup> “IA Generativa é uma extensão mais recente que pode criar coisas novas em todas as mídias que, até então, eram vistas como exclusivas da inteligência e da criatividade humana: texto, vídeo, áudio, imagens - toda mídia digital pode ser alimentada pela IA generativa”, (TIMPONE; GUIDI, 2023, p. 3)

proposições de Zuboff (2021, p. 225-226, grifo da autora) do chamado “ciclo da despossessão” executado pela Google, segundo ela, em quatro instâncias: “*incursão, habituação, adaptação e redirecionamento*”.

Em conjunto, eles constituem uma ‘teoria de mudança’ que descreve e prediz a despossessão como uma operação política e cultural apoiada por um elaborado leque de aptidões administrativas, técnicas e materiais. (ZUBOFF, 2021, 226)

O recorte desse exemplo – considerando que a prática em discussão é recorrente em empresas concorrentes, com finalidades diversas, mas que comungam a verve de acumulação de capital e poder –, poderia nos remeter a um processo de racionalidade cada vez mais difícil de se contrapor. Isso, dentre outras razões, devido à complexidade tecnológica no desenvolvimento de algoritmos, amparado em forte aparato de engenharia social, psicologia e comunicação, entre outras áreas que buscam, por meio da persuasão, induzir compras de produtos e serviços, ou até mesmo interferir em resultados de eleições, a exemplo das pioneiras denúncias contra a *Cambridge Analytica*, em 2018.

A reinvenção e a recolocação da chamada *direita* na ponta da extremidade da esfera política, que advoga a manutenção de uma agenda retrógrada em diversos aspectos – tema que precisa ser aprofundado considerando que, outrora, conforme já ressaltamos, o pensamento liberal, situado mais à esquerda, fazendo oposição à doutrina conservadora de então, vem perdendo espaço para o neoliberalismo – mostra um vigor no âmbito mundial. Isso, porque, em parte, o aperfeiçoamento de uso dos meios de tecnologias de informação e comunicação, especialmente no âmbito digital, vem reforçando essa agenda de forma vigorosa, revelando-se eficiente a ponto de outras forças se espelharem nessas técnicas de engenharia social na tentativa de recuperar espaços perdidos durante a guerra ideológica em curso.

Sobre a referida reinvenção da extrema direita, precisamos entender também que o crescimento de sua retórica ganha um eco transcendente ao impulsionamento persuasivo facilitados pelo uso das tecnologias. A falta de respostas para questões básicas da vida (comida, habitação, educação e

segurança), o crescimento da escalada da violência em várias dimensões e o risco extremo de extermínio da humanidade por questões ambientais e ameaças nucleares tem levado o ser humano a escolher entre “a sobrevivência e a liberdade” (NASCIMENTO, 2024, s.p.d), acreditando o autor que a primeira opção prevalecerá.

Mesmo concordando com a premissa de Nascimento (2024), devemos advertir que o engendramento dessas crises pelo próprio neoliberalismo – morada dessa referida extremidade política –, cria ambientes propícios para a recepção do seu discurso, considerando a imposição, para além do medo mental, de um medo real. Aqui temos também um lugar propício para transmissão do discurso do medo porque, recorrendo a Kierkegaard, 1974, p. 199. Grifo do autor)<sup>4</sup>, encontramos ao que ele denominara de “doença mortal” provocada pelo desespero, ou seja, “[...] estar *mortalmente doente* é não poder morrer, mas neste caso a vida não permite esperança, e a desesperança é a impossibilidade da última esperança, a impossibilidade de morrer”. Acometidos dessa doença, interpretamos que ficamos mais suscetíveis aos *messias*, aos *salvadores da pátria*.

Neste contexto, a concepção de verdade assume uma dimensão predominantemente retórica, assemelhando-se, supostamente, a uma manipulação e interpretação seletiva do princípio de Schopenhauer (2020)<sup>5</sup>. No campo da Moral, o referido autor argumentava que a mentira teria validade em conflitos, quando um determinado direito de constrangimento fosse violado. Isso me permitiria usar “[...] a astúcia à violência do outro”, embora tivesse advertido para o perigo do abuso desse instrumento de persuasão.

A extrema direita, severamente, reinventa e promove o conflito conhecido como guerra cultural, utilizando a engenharia social de forma contundente na concepção da pós-verdade, fazendo, portanto, da mentira um meio para justificar suas finalidades. Nesse lugar, a utópica posição de Kant (2003, p. 271), sobre a universalidade da “prevalência da verdade”, sob quaisquer circunstâncias, se perde totalmente, uma vez que a humanidade,

---

<sup>4</sup> Original publicado em 1849

<sup>5</sup> Original publicado em 1818

situada em cada um de nós, se esvai, deixando, portanto, de ser o fim de todos os nossos propósitos.

Estamos falando de um mundo onde, constantemente, são criadas, recriadas, inventadas, classificadas e direcionadas mensagens com o intuito de induzir pessoas a defenderem suas crenças religiosas, seu patrimônio material e até mesmo a se protegerem de supostos riscos que possam ameaçar o seu *status quo*, mesmo que vivendo em condições subalternas. Conforme falado anteriormente, esses medos são minuciosamente explorados, manipulados e incutidos em nós, muitas vezes sem nosso consentimento consciente, transformando-se em um movimento que ganha contornos de fenômeno de longa duração. Dessa forma, consolida-se uma postura que relega a verdade a uma posição secundária, propagando o princípio de que, em tempos de conflito, o ato de mentir seria justificável.

Advertimos, porém, que não existe uma equação que resolva a questão *verdade* fora de uma condição transitória, quando não circunscrita ao campo axiomático. Podemos afirmar, contudo, que esta não pode ser percebida como desvinculada das relações intrínsecas que se estabelecem entre a ontologia e a episteme – pegando emprestado os conceitos de Foucault (2008) –, o que nos abre caminhos para, por meio da dialógica, melhor compreendermos os conflitos gerados a partir da discussão do referido predicado.

Discutir o atributo verdade, assim, nos leva a uma reflexão maior sobre a racionalidade comunicativa preconizada por Adorno (1971), como veremos a seguir.

## 1.2 Um contexto imperativo?

Apesar dos fortes indícios que nos tentam referendar o princípio da “racionalidade comunicativa” de Adorno (1971), com as reflexões trazidas até aqui, principalmente a partir de nossa visita ao capitalismo de vigilância e suas impregnações nos sistemas de comunicação e informação, buscaremos, entretanto, contraposições possíveis, de forma a podermos ampliar nosso leque de discussão. Vamos partir da crítica de Habermas (1992) feita a Adorno

(1971), que via limitações naquela teoria, considerando que ela não apresentava possibilidades de rompimento a um cenário manipulador de massas, propondo, assim, como alternativa a constituição da Teoria da Ação Comunicativa.

De acordo com Habermas (1992), a racionalidade comunicativa em Adorno (1971) não era suficiente para esclarecer aspectos de uma sociedade em sua totalidade, porque, segundo ele, seria “[...] impossível a reprodução simbólica do mundo da vida dos grupos sociais quando iluminado a partir de sua própria perspectiva”. (HABERMAS, 1992, p. 8, tradução nossa)<sup>6</sup>, Interpretamos, então, sobre a possibilidade de a referida a racionalidade comunicativa não avançar em uma abordagem que considere o pensamento complexo em seu cerne, conjugando as perspectivas e dimensões relativas às próprias experiências humanas no seu conjunto de contradições.

Habermas (2023, p. 97) vai na direção de uma outra racionalidade comunicativa, sendo que, aqui, nos ateremos ao primeiro argumento do autor que justifica o alargamento do conceito relativo ao entendimento linguístico como balizador do processo da ação comunicativa. No caso, este emergiria de algum tipo de acordo construído entre os participantes de um determinado ato comunicativo, para além de consensos superficiais. Os consensos válidos, ao contrário, estariam sustentados na verdade proposicional, verificada no contexto do mundo objetivo, na correção normativa, por meio da adequação das ações e normas sociais, e, finalmente, na veracidade subjetiva, ou seja, nas intenções dos interlocutores oriundas de suas percepções individualizadas.

Considerando algum processo organizado da comunicação, aceitamos essas três premissas, mas abrimos um parêntese nessa discussão. Acrescentamos que, no tocante à “verdade proposicional”, devemos considerar a lógica do terceiro incluído (inclusiva) – teoria bastante explorada por Nicolescu (1999) e Morin (2011) –, talvez mais facilmente perceptível a partir do quesito “veracidade subjetiva”, apresentado por Habermas (2023). Conforme Morin (2011, 248), o próprio Aristóteles, predecessor da lógica

---

<sup>6</sup> “[...] óbice para que desde esas condiciones sí que pueda estudiarse la reproducción simbólica del mundo de la vida de los grupos sociales cuando se alumbra a éste desde su propia perspectiva interna”

binária, ao suspender o terceiro excluído na perspectiva de um futuro contingente, “abriria a porta a proposições nem verdadeiras nem falsas”.

Fechamos o parêntese e voltamos a Habermas (2014) que, mediante a linguagem, via caminhos para o ser humano se organizar socialmente, sem coação, na busca de sua própria emancipação, buscando, na contramão de uma razão instrumental, um consenso civilizatório. Quando trazemos esse princípio ao cenário tratado anteriormente sobre a manipulação da verdade e a disseminação de discursos de ódio, por exemplo, a ação comunicativa nos leva a considerar que os argumentos e as mensagens veiculadas nas comunidades *online* não podem ser separadas de seus contextos históricos, sociais e psicológicos, portanto, um princípio necessário para o entendimento da questão.

Habermas (2014), ao abordar a relação entre *conhecimento e interesse* – homônimo de um de seus livros –, nos oferece outros elementos para refletir sobre a manipulação da verdade, ao destacar que as resistências que se apresentam neste campo não se limitam a falhas cognitivas, estando também enraizadas em aspectos afetivos e culturais. Essas resistências, sustentadas por costumes e atitudes dogmáticas, limitam a recepção de novas informações, impedindo que a simples comunicação pública e aberta tenha um efeito transformador, pois enfrenta barreiras emocionais protegidas pelo que ele denomina de falsa consciência.

Isso nos leva a concluir que a própria compreensão crítica das estratégias de manipulação e engenharia social, assunto que vamos avançar nas discussões sobre Competências InfoCom, requer uma análise mais criteriosa dos processos em pauta. No caso, a abrangência das linguagens e das técnicas deve estar no cerne dessa construção, no contexto do que viria a ser *realidade*.

Um desafio que se impõe nesse processo é saber como tratar criticamente conceitos relativos à verdade, à realidade, enfim, aquilo que erroneamente, a partir de nossas crenças e percepção de mundo, muitas vezes queremos transformar em axiomas. Quando tais valores servem como incremento dos *superávits* no capitalismo de vigilância, e esses nos são devolvidos organizadamente em *realidades* invertidas (distopias), visando o

fortalecimento de determinados segmentos religiosos, mercadológicos e políticos, entre outros, sustentados em falsos discursos sobre liberdade, abrimos o nosso flanco para o estado autocrático, teocrático, em ambiente no qual as *big tecs* buscam reivindicar essa situação como um direito, mas desconsiderando aspectos legais, morais e éticos.

Se entre 2009 e 2017, nos Estados Unidos, o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, conforme Zuboff (2021, p. 404) “[...] exibiu uma determinação ferrenha ao lutar por preservar sua liberdade num espaço sem lei, empurrando os limites das regulações existentes e opondo-se com veemência ao menor indício de uma nova legislação”, por meio de um vultoso investimento de *lobby*, Elon Musk, seguindo o mesmo objetivo, alia-se a grupos de extrema direita no Brasil, dentre outros países, mirando obstruir a chamada Lei da *Fake News*, ou qualquer outro tipo de política normativa para as redes. Assim, analisamos que, nesse contexto, a expressão *liberdade* se apresenta como uma palavra de ordem para justificar a violência da despossessão e garantir lucros sem qualquer regulação.

Falar em *realidade* nesse conjunto da despossessão nos obriga a abandonar um ciclo vicioso presente em muitas análises, que têm colocado a manipulação do que viria a ser o *real* no contexto da pós-verdade, questionando se a sua transformação, de fato, estaria condicionada a uma consequência da evolução tecnológica dos meios de comunicação e informação. Isso nos conduz, numa primeira instância, como um argumento para quebrar a referida espiral negativa, a pensar o *real*, conforme Merleau-Ponty (1999, p.6) que, enquanto um “[...] um tecido sólido, ele não espera nossos juízos para anexar a si os fenômenos mais aberrantes, nem para rejeitar nossas imaginações mais verossímeis”

Por isso, entendemos que a dimensão é mais ampla no que diz respeito à questão da tecnologia, considerando que o *real* se apresenta independentemente dos juízos humanos. Vejamos, por exemplo, quando Merleau-Ponty (1999) reflete sobre a nossa capacidade de interpretar o que viria a ser *imaginário* e *real*, como algo que já estaria implícito em nós mesmos, a partir de nossas experiências pessoais. Para tanto, ele evoca o pensamento crítico para investigar não essa concepção apriorística, mas para “[...] explicar

nosso saber primordial do ´real`, o de descrever a percepção do mundo como aquilo que funda para sempre a nossa ideia de verdade”. (MERLEAU-PONTY, 1989, p. 14).

Pela crítica – e autocrítica –, portanto, podemos localizar uma possibilidade também de encontrar caminhos que nos permitam soltar as amarras impostas pelo capitalismo de vigilância, reforçando que contexto semelhante nunca esteve dissociado das pretensas relações de dominação experimentados pela humanidade em outros momentos de sua história. E isso nos conduz a parte seguinte desse trabalho, na busca de compreender as probabilidades e limites das Competências InfoCom nesses campos de discussão.

## **2. COMPETÊNCIAS INFOCOM PARA A INTERPRETAÇÃO DOS DILEMAS**

Ao delinear os até aqui alguns princípios que interconectam conhecimento, saber e inteligência – sendo esta pensada especialmente no contexto dos processos ubíquos do campo computacional e do ciberespaço –, e considerando a vigilância presente nas plataformas digitais, podemos, assim, estabelecer um ponto de partida para compreendermos as Competências InfoCom como necessárias para interpretar os dilemas que emergem nesse cenário. Entendemos essas competências como importantes, mas não exclusivas, para desenvolvermos uma leitura crítica das linguagens e técnicas empregadas nas plataformas digitais, sendo necessário, portanto, uma revisão constante do seu discurso como uma ação crucial para enfrentarmos os desafios da era virtual.

Num plano mais geral, tais competências, segundo Borges (2011; 2018) dizem respeito à capacidade de se manter informado (buscar, selecionar, avaliar e aplicar informações para resolver questões) e de se comunicar (manter diálogos, negociar e trabalhar colaborativamente) em ambientes de hiperinformação.

Se olharmos sob a perspectiva da racionalidade comunicativa em Adorno (1971), mas pensada no ambiente do capitalismo de vigilância,

portanto, segmentada, conforme analisado ao longo do texto, podemos dizer que as Competências InfoCom cumprem um papel de reforço dos valores mercadológicos, ficando o seu aspecto formativo vocacionado para esse fim. Isso implicaria dizer sobre existência de uma crescente preparação de indivíduos cada vez mais habilitados para atuar no ecossistema do ciberespaço, sob o mantra de uma inteligência normatizada por algoritmos. (DAHER, 2022).

O processo persuasivo em discussão pode frear a nossa capacidade cognitiva em busca dos saberes – ou nos colocando em situação de ignorância por vezes autoimposta –, limitando, por exemplo, um entendimento do antropocentrismo em curso, que ganha força em função da imiscuidade entre o ser humano e as máquinas. Estamos falando de uma inteligência funcional, mantenedora de um *status quo* que empresta uma suposta ética ao neoliberalismo para justificar, a qualquer custo, o desenvolvimento sem limites.

As definições de Borges (2011; 2018), no entanto, sugerem uma ultrapassagem dessa lógica, segundo nossa análise, nos remetendo, por exemplo, à ação comunicativa anunciada por Habermas (1992), mesmo considerando seus aspectos utópicos, conforme colocado pelo próprio autor. Isso, em parte, nos baseando em seus argumentos no sentido que os processos comunicativos devem buscar o entendimento mútuo com vistas à interação, seja no mundo objetivo das coisas, no social, englobado por normas e instituições, assim como no subjetivo, relativo às vivências e aos sentimentos, como visto anteriormente.

Alegar as Competências InfoCom para um espaço mais profundo, no âmbito da teoria de Habermas (1992), portanto, nos leva, numa primeira instância, a afirmar que a capacidade do ser humano em se comunicar, mediado por um arcabouço informacional compreendido e dominado por ele, pode transcender o limite do manejo funcional dessa relação, uma vez que estas competências devem ser vistas como a própria essência de um processo complexo e colaborativo na busca da construção de significados pessoais e sociais. Numa segunda instância, agora evocando a teoria do conhecimento do mesmo autor, entendemos que podemos incluir as Competências InfoCom como um procedimento “[...] que presume não reivindicar nada senão o puro

propósito de duvidar radicalmente”, apoiando-se “[...] em uma consciência crítica que é o resultado de processo inteiro de formação”. (HABERMAS, 2014, p. 41).

Precisamos, portanto, trazer as Competências InfoCom para ser compreendida formalmente como um processo científico, quiçá transdisciplinar, numa perspectiva não dogmática, inerente ao campo crítico do conhecimento, especialmente como uma qualidade da Ciência da Informação. Nesse sentido, a comunicação e a informação, assim como o desenvolvimento das habilidades operacionais – pilares que sustentam tais competências –, precisam ser pensadas de forma indissociável, na busca de se estabelecer conexões entre a subjetividade e a praticidade, nos permitindo um melhor entendimento sobre os processos emancipatórios.

Ademais, conforme Martin-Barbero (2008, p. 244), o conceito de competência precisa deixar de ser uma “[...] obsessão competitiva”. Por isso ele resgata em Bourdieu (1972) e em Certau (1980), respectivamente, os conceitos das *competências culturais do habitus* e o da *prática* como caminhos para nos livrarmos dessa impertinência conceitual. Aqui, ao aceitarmos a complexidade como mediadora de um diálogo entre espaços fenomênicos e a teoria crítica, observamos caminhos possíveis para situarmos as Competências InfoCom enquanto uma instância crível não somente de compreensão, mas de intervenção nos dilemas observados nessa reflexão.

Conforme Daher Junior (2022) e Daher Junior e Borges (2023), recorrendo-se à dupla complexidade proposta por Morin (2011) – a complexidade lógica do real e a complexidade real da lógica – as Competências InfoCom são capazes de expressar a já mencionada a indissociabilidade entre comunicação, informação e habilidades operacionais no contexto das TICs. Isso proporcionaria uma oportunidade concreta de fazermos escolhas conscientes sobre nossos caminhos como sujeitos que vivem em uma realidade mesclada entre o mundo físico e digital.

Assim, a linguagem que se estabelece nesse lugar é paradoxal, pois tem a capacidade de constituir, por um lado, uma espécie de rede com uma suposta inteligência própria, que favorecem a despossessão, as distopias e a desinformação, quando impulsionadas, na contemporaneidade, por processos

de inteligência artificial. Por outro lado, no entanto, se entendemos criticamente essa linguagem, a partir de parâmetros proporcionados pelas Competências InfoCom, temos possibilidades de desconstruir essa linguagem distorcida e o reducionismo presente em seu discurso, especialmente quando navegamos na contramão da lógica manipuladora – a complexidade real da lógica –, aquela que, segundo Morin (2011), busca eliminar as ambiguidades e as incertezas. Precisamos aceitar a incerteza para avançar.

Isso implica dizer que, além de reconhecermos as características focadas em nós mesmos, assim como em nossa cultura, desenvolvemos uma capacidade para o trabalho coletivo. Isso porque, mesmo explorando uma linguagem que se apresenta fragmentada no ciberespaço, conseguimos, por meio do desenvolvimento de nossa capacidade crítica, uma busca contínua para a reinvenção de nossos próprios mundos. Por outro lado, devemos reconhecer que essas reinvenções são atravessadas por processos não críticos de reconstruções e reconfigurações mercadológicas que influenciam a dinâmica do mundo digital.

### 3. ANÁLISES

Tomando como referência o quadro de competências elaborado por Borges (2018), que originalmente nos apresenta um total de oito relativas à informação e sete à comunicação, selecionamos “Compreensão”, (Quadro 1 – Competências em Informação), e “Desenvolver Redes Sociais” (Quadro 2 – Competências em Comunicação.), com seus respectivos indicadores, para analisá-las a partir das argumentações em curso. Justificamos as escolhas pelo fato de elas estarem mais diretamente inseridas nos contextos da plataformização e, conseqüentemente, da vigilância.

Quadro 1. COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO	
Competência	Indicador
Compreensão <i>Captar o significado das informações,</i>	Compreender o papel que as tecnologias desempenham na sociedade e seus possíveis efeitos

<i>inclusive linguagem icônica</i>
------------------------------------

Elaborado pelo autor, a partir de original extraído de Borges (2018)

Quadro 2. COMPETÊNCIA EM COMUNICAÇÃO	
Competência	Indicador
<b>Desenvolver redes sociais</b> <i>Competência para desenvolver relações sociais saudáveis em ambientes digitais, baseadas no respeito à diversidade e afirmação da identidade</i>	Reconhecer como a visibilidade, a reputação e a privacidade na Internet se convertem em aspectos chaves para a comunicação

Elaborado pelo autor, a partir de original extraído de Borges (2018)

A primeira observação, com base na justificativa para o recorte que fizemos, é que as referidas competências, com seus respectivos indicadores, são alternativas coadjuvantes para se compreender o estado de vigilância impostos pelas plataformas. Essas plataformas, grosso modo, estruturam a maneira como os indivíduos interagem, buscam, processam e compartilham informações. Assim, para desenvolver as competências nesse contexto é preciso conhecer minimamente suas estruturas de *hardware* e *software*, permitindo aos sujeitos, em certa medida, colocarem-se criticamente diante de seus mecanismos de controle.

Achamos oportuno trazer para esse lugar as reflexões de Habermas (2014, p. 223) sobre o conceito do “eu individual” imiscuído a uma dialética que se estabelece entre o universal e o particular, para reiterar nossos argumentos no sentido que as Competências InfoCom não sejam reduzidas a funções instrumentais ou utilitárias. Isso nos colocaria, considerando tais reflexões, numa condição de submissão, “[...] em princípio muda, a um monólogo público reproduzível por todos, ou seja, todo diálogo se desdobra sob o fundamento do reconhecimento recíproco de eguidade (*Ichheit*) e ao mesmo tempo se mantém em sua não identidade.” (HABERMAS, 2014, p. 223). Por isso, no contexto da plataformização, podemos afirmar ser crucial aos sujeitos desenvolverem tais competências, a fim de reconhecerem, inclusive, suas respectivas singularidades, enquanto navegam em sistemas que tendem a **universalizá-los** ou submetê-los a regras mercadológicas ou processos de controle.

Ao estabelecermos as conexões entre as referidas competências com a criticidade e o diálogo, podemos construir pontes que nos levem a uma cidadania pragmática. Para tanto, adicionaremos ao nosso sistema de análise algumas categorias que emergiram de nossas reflexões teóricas, a saber: a *verdade como premissa*; a *superação da manipulação de nossos medos impostos pela vigilância*; e, finalmente, o *consenso para a emancipação*, conforme veremos a seguir.

### 3.1 Olhando as Competências InfoCom à luz das categorias

3.1.1. **Competência Compreensão:** captar o significado das informações, inclusive linguagem icônica

**Indicador:** Compreender o papel que as tecnologias desempenham na sociedade e seus possíveis efeitos.

Como ponto de partida, buscamos analisar o uso das tecnologias em processos de reconfiguração das bases ontológicas e da episteme que envolve a categoria *verdade como premissa*, levando-se em consideração os aspectos de poder e controle impregnados no contexto das *big tecs*. Isso implica dizer que, ao admitirmos a natureza transitória da verdade, devemos incorporar a dialógica como elemento didático-pedagógico de constituição da referida competência, uma vez que, por meio dela, temos como compreender a utilização das tecnologias no apoio de mecanismos de controle e influência –, explorando suas contradições – para além de qualquer análise reducionista de causa e efeito.

Dessa feita, podemos entender como a amplificação dessa manipulação impacta na sociedade. Isso, porque, retomando as reflexões de Habermas (2014), os processos de recepção da informação não dependem apenas do nosso acesso a ela. As barreiras, no caso, podem estar sendo construídas a partir de nossas resistências culturais e cognitivas, favorecendo a promoção do que Habermas (2014) denomina de uma falsa consciência.

Para se captar o significado das informações no contexto das plataformas, portanto, é essencial compreender como o uso e o direcionamento das tecnologias podem reforçar essas barreiras a partir da vasta gama de conhecimento que o capitalismo de vigilância tem sobre nós mesmos, conforme tratado por Zuboff (2018). Por isso é que a compreensão da informação passa pela competência de reconhecer como os algoritmos das plataformas digitais podem moldar percepções e limitar a recepção de novas informações, adaptando *verdades* afeitas a grupos de interesse e poder.

A competência Compreensão, portanto, nos ajuda a identificar a impregnação de distorções sobre o que viria ser *real* e *realidade*, entendendo, inclusive, que as distopias propiciadas por tais processos sempre fizeram parte da vida humana. Para tanto, nos baseando em Meleau-Ponty (1999, p. 14), ela deve estar sustentada em um pensamento crítico não direcionado a uma concepção apriorística de verdade, como vimos anteriormente, mas, ao contrário, em uma direção que nos ajude a entender qual percepção que temos de mundo, devendo estar esse atributo no cerne de nossas reflexões.

Encontramos na análise sobre esta competência a fundamentação necessária para adentrarmos nas categorias subsequentes – *superção da manipulação de nossos medos impostos pela vigilância*; e *consenso para a emancipação* – considerando, inicialmente, os paradoxos propiciados no âmbito das próprias plataformas. Se, por um lado, estas podem ser direcionadas para incentivar a polarização em diversos segmentos, por outros caminhos, aceitando a Competência Compreensão da Informação, devemos admitir que o desarme dos algoritmos que priorizam conflitos podem se dar no mesmo ambiente tecnológico, por exemplo, por meio da criação e incentivos a culturas que promovam a empatia.

Entendendo a *verdade como premissa*, vamos construindo mais possibilidades interpretativas sobre como as tecnologias de vigilância exploram nossos medos, abrindo, inclusive, contrapontos práticos a ela, sustentados na forma de como podemos perceber o mundo a partir da diversidade de opções que se apresentam para além do ciberespaço. Assim, temos caminhos, por meio da Competência Compreensão da Informação, para as necessárias transgressões da vigilância em curso, sustentando-nos, fundamentalmente, no

uso ético de ferramentas que garantam a privacidade e a proteção de nossos dados, tendo como desafio primeiro romper com a despossessão.

Tal rompimento é uma condição necessária para se vencer os desafios estruturais impostos pelo sistema. Como coadjuvante a esse processo, faz-se necessário a constituição de saberes para, a partir da linguagem, aferirmos, por exemplo, que a tecnologia não é um epifenômeno, como já mencionado, uma vez que no bojo de sua criação temos as heranças culturais de seus criadores.

A análise da competência Compreensão da Informação nos lança para a fase seguinte de nosso trabalho, que é, a partir das categorias elencadas, entender a Competência em Comunicação que segue.

**3.1.2. Desenvolver redes sociais:** competência para desenvolver relações sociais saudáveis em ambientes digitais, baseadas no respeito à diversidade e afirmação da identidade

**Indicador:** Reconhecer como a visibilidade, a reputação e a privacidade na Internet se convertem em aspectos chaves para a comunicação

A exigência de uma reflexão severa sobre o tema se faz necessária considerando, sobretudo, a complexidade que envolve a referida competência, uma vez que ela não está dissociada da Competência em Informação analisada anteriormente. Outro aspecto da complexidade em voga está ligado às tensões que se estabelecem no ambiente das plataformas digitais, que expõem possibilidades e tendências relativa uma racionalidade comunicativa, conforme analisamos ao longo desse trabalho, que nos direciona, numa primeira instância, à aceitação de um caminho mais apocalíptico, segmentado, tamanho o poder que se estabelece nesse ambiente de vigilância.

Aqui se faz necessário, porém, resgatar a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas (1992), como já foi apresentado, na direção de um rompimento da racionalidade proposta por Adorno (1971), nos instigando a buscar um entendimento mais plural da própria comunicação. Interpretamos, assim, que, ao aceitarmos esse atributo como uma possibilidade para o entendimento mútuo em processos de negociação, passamos, necessariamente, a entender o referido predicado em contextos diversos, incluindo nas interações digitais.

Tais fundamentos são necessários para melhor abrangermos as relações que se estabelecem nos ambientes digitais, colocando a *premissa da verdade* como uma construção negociada. Como vimos na análise dessa categoria sob o prisma da Competência em Informação, a busca pela verdade, especialmente no âmbito das plataformas, é desafiadora por vários fatores, especialmente em decorrência do seu caráter transitório resultante, conforme já visto, das relações que se estabelecem entre a nossa própria natureza e a busca do conhecimento, com seus limites e validades. Uma reverberação mais intensa sobre esse fenômeno ocorre, reiteramos, devido às possibilidades algorítmicas na criação de narrativas que reforçam determinadas identidades e visões de mundo, com uma priorização de conteúdos que geram mais engajamento e monetização, possibilitando a ampliação do que a psicologia chama de dissonância cognitiva, termo criado por Leon Festinger, na década de 1957.<sup>7</sup>

Isso posto, podemos identificar algumas possibilidades para a Competência em Comunicação em análise ajudar a sustentar relações sociais satisfatórias no ambiente digital, com respeito à diversidade, à identidade e a territorialidade, permitindo aos indivíduos e coletivos a reconhecerem a complexidade da *premissa da verdade* e suas implicações. Entre essas possibilidades, reiteramos que a Competência em Comunicação deve estar sustentada no pensamento crítico e reflexivo, possibilitando aos sujeitos envolvidos em processos comunicativos ter a competência para identificar e avaliar as informações que sustentam possibilidades interativas, assim como as possíveis manipulações ideológicas e os filtros impostos pelos algoritmos, que podem distorcer a *verdade* nas interações *online*, mesmo sendo ela, repetimos, um atributo transitório.

Percebemos uma forte indissociabilidade dessa competência com os indicadores referentes às considerações que fizemos acerca do atributo compreensão da informação. A comunicação, no caso, poderá traduzir as dicotomias que encontramos nas plataformas que dizem respeito à *superção da manipulação de nossos medos impostos pela vigilância* e a busca do *consenso para a emancipação*. Se compreender a informação é uma condição

---

<sup>7</sup> FESTINGER, Leon. **Teoria da dissonância cognitiva**. Zahar, 1975.

necessária para a construção desse processo, quando nos voltamos para a comunicação estamos falando em criar as condições necessárias para a superação de consensos superficiais, buscando validar a ação comunicativa no ambiente das redes sociais, por exemplo, priorizando a criação de incentivos culturais que promovam a empatia.

Tecendo uma reflexão mais atenta à referida competência no âmbito das redes sociais, entendemos que a comunicação deve propiciar um fortalecimento ao “eu individual” trazido por Habermas (2014, p. 223). Isso implica, no nosso entendimento, na formação de um processo de consciência sobre a questão da privacidade, ponto de partida para quando se pensa em autonomia digital.

Para tanto, a Competência Comunicação, deve abarcar questões relativas ao gerenciamento da informação, especialmente a aspectos ligados a dados pessoais e informações íntimas, em contraposição às recorrentes ultrapassagens que presenciamos em nosso cotidiano. Devemos reconhecer, porém, que possível domínio sobre essa situação não é simples, considerando as ofensivas das *big tecs* nessa seara, em nome do que chamam de uma *liberdade de expressão* isenta de qualquer limite.

## **CONCLUSÃO**

Os processos de comunicação e informação, especialmente aqueles referentes a suas distorções em ambientes digitais, nos levam a uma primeira conclusão na direção que as Competências InfoCom são necessárias para desvelá-los. Para tanto, precisamos recorrer a análise que fizemos sobre a necessidade da criticidade como balizadora da experiência humana, reconhecendo, sobretudo, que a percepção de mundo é constituída por diferentes contextos.

Podemos concluir também que a vigilância e a manipulação estão no cerne das políticas de despossessão, por meio das tentativas de manutenção e controle dos medos sociais, favorecendo, sobretudo, a polarização e a dissonância cognitiva. É preciso reconhecer, no entanto, que um

aprofundamento nos estudos das Competências InfoCom pode facilitar a construção de estruturas pedagógicas capazes de alinhar pessoas no seu entorno, incentivando, assim, a construção de culturas digitais sustentadas na empatia e na diversidade como forma de promover uma subversão à lógica dominante.

Apesar dos desafios impostos por uma realidade truculenta que nos assombra, é importante reconhecer que existem caminhos que podem ser construídos como meio de superá-la. A aplicação de uma pedagogia crítica, por exemplo, pode estar no cerne desse processo, estimulando o estudo das Competências InfoCom para as bases curriculares a partir do Ensino Fundamental, estando neste lugar a principal sustentação para se enfrentar a crise infocomunicacional em curso.

A vontade de governos em se construir políticas públicas nessa direção também se faz necessária, apesar dos retrocessos que temos testemunhado nas instâncias municipal, estadual e federal das organizações políticas, seja no Brasil e/ou no mundo. A remoção de livros de escolas e bibliotecas, especialmente obras que abordam racismo, história negra, LGBTQIA+ e teoria crítica da raça tem ocorrido nos Estados Unidos, assim como no Brasil, em Estados como São Paulo, Espírito Santo, Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e Goiás, contexto que se apresenta como entrave para a consolidação dessas políticas na esfera da educação.

Por isso é que a outra parte do caminho a ser construído passa pela mobilização social, tanto no ciberespaço quanto nos processos face a face, sustentada em projetos que priorizem as metodologias participativas, envolvendo arte-educação, audiovisual, música e contação de histórias, entre outras. Considerando poder persuasivo e transgressor de tais procedimentos, podemos criar condições para a promoção de uma cultura de responsabilidade compartilhada justamente por estes tocarem pontos sensíveis da percepção humana, resgatando habilidades relativas à escuta ativa e à inteligência emocional para a compreensão, com reação, de conflitos pessoais e sociais, dentre outras, hoje cada vez mais apagadas pela vigilância exercida no ambiente das plataformas.

Finalmente, concluímos que, com base nos elementos teórico-metodológicos discutidos, sustentados por uma *práxis* social localizada nos processos analíticos trazidos até aqui, a tecnologia não pode ser *demonizada*, apesar dos vários apocalipses experimentados pela humanidade. Ao contrário, podemos pensar que ela pode ser sequestrada, estabelecendo-se neste campo uma severa disputa contra o conhecimento dominante, tendo como direção um *consenso civilizatório e emancipatório*. Utopicamente falando, ela seria um bem coletivo, heurístico, capaz de ser apropriada em processos de superação das desigualdades e na promoção de uma emancipação alinhada ao bem-estar social.

## REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.). **Comunicação e indústria cultural**. São Paulo: Nacional, Editora da Universidade de São Paulo, 1971. p. 287-295.

BORGES, Jussara. **Participação política, internet e competências infocomunicacionais**: estudo com organizações da sociedade civil de Salvador. 2011. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) –Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

BORGES, Jussara. Competências Infocomunicacionais: estrutura conceitual e indicadores de avaliação. **Informação e Sociedade: Estudos**, v. 28, n. 1, p. 123-140, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos3.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/38289>. Acesso em: 03 jul. 2018.

DAHER JUNIOR, Francisco José. **Pegadas da juventude na construção do conhecimento**: um estudo infocomunicacional da produção audiovisual e de ações comunitárias de estudantes de escola pública do Distrito de Rodrigo Silva (Ouro Preto/MG\*). 2022. 454 f. : il. color.

DAHER JÚNIOR, F. J.; BORGES, J. Competências infocomunicacionais: possibilidades para uma ultrapassagem lógica. **Transinformação**, Campinas, v. 35, e227201, 2023. DOI: 10.1590/2318-0889202335e227201.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 7. ed. 3. reimp. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Conhecimento e interesse**. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

IA: impacto nos negócios pode se estender muito além da Nvidia. **Blomberg Brasil**, 26 set. 2023. Disponível em: <https://www.bloomberg.com.br/blog/ia-impacto-nos-negocios-pode-se-estender-muito-alem-da-nvidia/>. Acesso em: 27 abr. 2024.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa**, II – crise de la razón funcionalista. Madrid: Santillana, 1992.

HABERMAS, Jürgen. *Conhecimento e interesse* São Paulo: Editora Unesp, 2014.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria da ação comunicativa: Racionalidade da ação e racionalização social; Para a crítica da razão funcionalista**. [E-book]. 2 v. São Paulo: Editora Unesp, 2023.

HACKE, Jens. **Renovação do liberalismo em tempos de crise? Uma hipótese para as ideias liberais além do neoliberalismo**. In: CAMILOTO, Bruno; VIEIRA, Giulie; DA MATTA, Sérgio (Org.). **O problema do conceito do liberalismo**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2023. (Coleção Ensaio). p. 09-26.

KANT, Immanuel. **A metafísica dos costumes**. Tradução, textos adicionais e notas de Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2003. (Série Clássicos. Edipro).

KANT, Immanuel. **Political writings**. Tradução de H. B. Nisbet. New York: Cambridge University, 1991.

KIERKEGAARD, Søren Aabye. *\*O desespero humano\**. Traduções de Carlos Grifo, Maria José Marinho e Adolfo Casais. São Paulo: Abril, 1979. Coleção Os Pensadores.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. 2. ed. Tradução de Carlos Alberto Ribeiro de Moura. São Paulo: Martins Fontes, 1989. (Coleção Tópicos).

MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização**. 6. ed. Tradução de Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2011.

NASCIMENTO, Elimar. Um novo paradigma civilizacional? **Revista Será**, 9 ago. 2024. Disponível em: <https://revistasera.info/2024/08/um-novo-paradigma-civilizacional/>. Acesso em: 10 ago. 2024].

RUSCONI, Gian Enrico. Capitalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (org.). **Dicionário de Política**. 13. ed. Vol. 1. Tradução de Carmen C. Variale et al. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007. p. 141 - 148.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O mundo como vontade e representação**. Tradução de M. F. Sá Correia. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016. Ebook.

TIMPONE, Rich; GUIDI, Michel. **Explorando a mudança de cenário da IA: Da IA Analítica à IA Generativa**. In: THE CHANGING AI LANDSCAPE. v. 1. [S.l.]: Ipsos Views, 2023. Disponível

em: [https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/publication/documents/2023-05/PORTUGUESE\\_20230403-GenerativeAI\\_POV\\_v3.pdf](https://www.ipsos.com/sites/default/files/ct/publication/documents/2023-05/PORTUGUESE_20230403-GenerativeAI_POV_v3.pdf). Acesso em: 27 abr. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

**DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE:** O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.